

ATA N.º 05/2020

----- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 13 de outubro de 2020.-----

----- Aos 13 dias do mês de outubro de 2020, pelas 16,0 horas, reuniu no Salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede a Assembleia Municipal, em sessão Extraordinária Pública, convocada através dos ofícios n.º. 29/JM e 30/JM, datados de 07 e 08 de outubro de 2020 e publicitada através do Edital datado de 07 de outubro de 2020, salvaguardando-se as medidas de segurança preconizadas pela Direção Geral de Saúde, no âmbito da COVID – 19, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ponto 1** - Realização do ato eleitoral para o cargo de presidente da CCDR do Centro, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º-F do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25/10, na sua redação atual, e do Regulamento Eleitoral, aprovado em anexo à Portaria n.º 533/2020, de 28/08;-----

----- **Ponto 2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2019, pela equipa de sapadores florestais;-----

----- **Ponto 3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede para realização da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia;-----

----- **Ponto 4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social no ano de 2021;-----

----- **Ponto 5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social no ano de 2021.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, informou sobre as regras e as normas a cumprir no decorrer da sessão, decorrentes do parecer favorável da Sr.^a Delegada de Saúde, para se poder realizar a sessão no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede. De seguida conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta da Sr.^a Joana Inês de Jesus Seabra Malta e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, Luís António dos Santos Arromba, ambos por razões profissionais, do Sr. Luís Miguel da Cruz Pato, por motivos pessoais e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis, conforme documentos apresentados. Ainda pedido de substituição da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Regina Marise dos Santos Pessoa pelo seu secretário Sr. Carlos Manuel Oliveira Gregório. Tendo sido convocados para a presente sessão todos os Vereadores da Câmara Municipal, foi apresentada justificação de falta por parte do Sr. Vereador Júlio José Loureiro de Oliveira, por motivos de saúde. Presença dos restantes Membros da Assembleia Municipal e dos restantes Vereadores da Câmara Municipal.-----

----- De seguida passou-se à apreciação dos assuntos constantes do Edital antes referido. -----

----- **Ponto 1** - Realização do ato eleitoral para o cargo de presidente da CCDR do Centro, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º-F do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25/10, na sua redação atual, e do Regulamento Eleitoral, aprovado em anexo à Portaria n.º 533/2020, de 28/08;-----

—— O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, recordou que a presente sessão foi convocada para eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, sendo realizada em simultâneo, sessão idêntica nos 308 Municípios, de acordo com o definido no ato eleitoral. Acrescentou que, simultaneamente, também decorre a eleição para o Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, tendo a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que se deslocar a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para proceder à votação. Informou, de seguida que, a Mesa Eleitoral de Cantanhede é constituída por ele próprio, enquanto Presidente da Mesa Eleitoral e, o Sr. José Maria Maia Gomes e a Sr.ª Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, enquanto 1.º e 2.º Secretários da Mesa Eleitoral, respetivamente, conforme Edital afixado à porta da presente sessão. Explicou que do boletim de voto, conforme cópia também afixada à porta da presente sessão, apenas consta o nome da Sr.ª Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa e um quadrado no qual deverá ser colocada uma cruz, se o sentido da votação for concordar, no entanto se não for colocada a cruz, o voto será considerado um voto em branco, podendo eventualmente também ser nulo consoante o que contiver. Sugeriu, de seguida, proceder à interpelação de cada um dos Membros da Assembleia presentes, incluindo Presidentes das Juntas de Freguesia e Vereadores da Câmara Municipal, para procederem, um a um, à votação por escrutínio secreto. Tendo todos os presentes concordado com a metodologia apresentada, recordou que quem estivesse em representação de algum Membro ou Presidente de Junta de Freguesia não poderia votar e solicitou que quando se dirigissem à Mesa para votar, que rubricassem em frente ao nome respetivo no Caderno Eleitoral para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, da Mesa Eleitoral na

Assembleia Municipal de Cantanhede, remetido pela Direção Geral das Autarquias Locais. Iniciou então a chamada pela ordem dos nomes constantes no referido Caderno Eleitoral, tendo os 35 eleitores presentes, um a um, procedido à votação por escrutínio secreto. Tendo todos os presentes votantes procedido à votação, o Sr. Presidente da Mesa Eleitoral João Moura, declarou encerrada a votação e procedeu, com os dois Secretários da Mesa, José Maria Maia Gomes e Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, à contabilização dos votos, tendo resultado da mesma:-----

----- 24 Votos a favor da candidata Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa;-----

----- 8 Votos em branco;-----

----- 3 Votos nulos.-----

----- A Mesa elaborou de seguida o documento seguinte:-----

----- "Ata de apuramento eleitoral local da mesa eleitoral de Cantanhede, em cumprimento do disposto no art.º 23.º do Regulamento Eleitoral contendo: 1) A Constituição definitiva da Mesa Eleitoral: Presidente - João Carlos Vidaurre Pais de Moura, 1.º Secretário - José Maria Maia Gomes e 2.ª Secretária - Maria do Carmo de Jesus Cantarinho; 2) Delegados da Candidatura: Não houve; 3) O local onde decorreu a votação: Assembleia Municipal de Cantanhede (Salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede); 4) A hora de abertura e encerramento da votação: Abertura às 16h00 e Encerramento às 18h30; 5) Boletins de Voto: N.º Boletins entrados nas urnas: 35, N.º Boletins não utilizados: 49, N.º Boletins inutilizados/deteriorados: 0; 6) Resultados Eleitorais: N.º de Eleitores inscritos: 42, N.º de votantes: 35, N.º de votos por candidatura: Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, 24 votos, N.º de votos em branco: 8, N.º de votos nulos: 3; 7) Reclamação ou Protesto: Nada a registar; 8) Deliberações da Mesa: Nada a registar; 9) Observações/Razões para a Recontagem (se aplicável) / Outra



informação relevante: Nada a registar; 10) Hora de encerramento do escrutínio:
Encerramento às 18h30".-----

----- Tendo sido devidamente acondicionada e guardada a documentação a ser entregue pelo Sr. Presidente da Mesa Eleitoral, João Moura, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, este deu por concluído o **Ponto 1 - Realização do ato eleitoral para o cargo de presidente da CCDR do Centro, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º-F do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25/10, na sua redação atual, e do Regulamento Eleitoral, aprovado em anexo à Portaria n.º 533/2020, de 28/08.**-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2019, pela equipa de sapadores florestais;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que sairia no final da explicação do último ponto do Edital da presente sessão, uma vez que tem de se deslocar à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, onde está a decorrer a eleição para o Vice-Presidente da CCDRC, voltando logo de seguida, uma vez que irá apresentar na Câmara Municipal, às três Bancadas e a todo o Executivo, a proposta do Orçamento Municipal para 2021, pelo que solicitou que estivessem todos presentes. Informou, de seguida, relativamente ao Ponto em discussão, que se trata de um subsídio no montante de 7.500,00 € a atribuir à Freguesia da Tocha para financiar os trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais no ano de 2019. Recordou já não ser a primeira vez que aquele tipo de subsídio é atribuído e que aquela equipa formada a 18 de agosto de

2008, tem feito um trabalho exemplar, razão pela qual se propõe a atribuição do subsídio em causa à Freguesia da Tocha.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2019, pela equipa de sapadores florestais”,** tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Assumiu a Presidência o Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede para da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia”;**-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma isenção de taxas no valor de 38,72 € à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça para a realização da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça que decorreu no dia 28 de setembro, no Auditório da Biblioteca Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto n.º 3 – “Votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência do auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede para da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia”,** tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Reassumiu a Presidência o Sr. Presidente da Mesa, João Moura.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social no ano de 2021”;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que já por várias vezes foi a Assembleia informada que as transferências de competências irão transitar para as autarquias locais, umas no início do ano de 2021 e outras diretamente em março de 2022. Recapitulando, informou que: - A partir de 1 de janeiro de 2021, os municípios passarão automaticamente a ter competências próprias em matéria de educação, ação social, saúde, proteção civil, cultura, património, habitação, áreas portuárias ou marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, praias marítimas e fluviais e lacustres, informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, transportes e vias de comunicação, estruturas de atendimento ao cidadão, policiamento de proximidade, proteção e saúde animal, segurança dos alimentos, estacionamento público e modalidades afins de jogos de fortuna e azar; - Relativamente à educação e à saúde, conforme foi discutido na última sessão da Assembleia, aquela transferência de competências não foi aceite, por maioria, uma vez que as verbas contempladas são completamente desfasadas da realidade; - Relativamente à transferência de competências na área da ação social, informou trata-se de uma situação um pouco mais estranha porque, se não for aceite conforme proposto, passará para as autarquias locais na mesma altura que a transferência de competências nas áreas da educação e da saúde. Informou, de seguida que, relativamente à ação social, ainda não foi publicada a Portaria, no entanto a DGAL informou o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão e a Segurança Social do seguinte: *“a transferência opera-se para as*

autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022, caso não seja aceite, constituindo um fator relevante o diploma carecer ainda nesta altura da publicação das portarias regulamentares nas áreas de intervenção social que vão ser transferidas, o que aliado à complexidade do processo de transferência e do risco associado às áreas de intervenção elencadas, as condições e as suas implicações, faz manter as preocupações atinentes às matérias de encargos financeiros, a afetação de recursos humanos, procedimentos contratuais, documentais e organizacionais desta transferência em relação ao exercício da competência em apreço". Assim, contrariamente ao que aconteceu na área da saúde e da educação, cujas competências não foram aceites porque se sabia exatamente o que se poderia contar da parte do Governo, neste caso não se sabe absolutamente nada, sendo que, todos os municípios aguardam ainda pela posição da Tutela relativamente à transferência de recursos financeiros adstritos àquelas novas competências, bem como da publicação das necessárias portarias. Acrescentou que essa situação impede, responsavelmente e na defesa dos interesses, quer da autarquia, quer da população, de fazer projeções, quanto aos encargos a suportar naquela matéria, porque não se sabe concretamente o que vai ser transferido. Considerou assim que, no mínimo, a atitude mais sensata é aguardar que a Portaria seja publicada, para que se possa, de uma forma fiável e criteriosa, tomar uma posição. Solicitou, de seguida ao Sr. Presidente da Mesa que a Sr.ª Vereadora Célia Simões, fizesse uma abordagem ao que, no momento, o Município de Cantanhede tem feito na área da ação social, para que todos os presentes se apercebam do volume acrescido depois daquela transferência.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu um

agradecimento muito especial à equipa da Casa Francisco Pinto, porque nesta época de pandemia, desde 16 de março até à presente data, os seus funcionários estiveram em completa sintonia e uniram esforços no sentido de fazer face às reais necessidades dos munícipes do concelho. Apresentou, de seguida, por tópicos, as intervenções da Divisão de Ação Social e Saúde, desde 16 de março a 30 de setembro, nomeadamente: - Através dos mecanismos da rede social CLDS - 4G fez a veiculação de toda a informação da DGS e da Segurança Social, por forma a dar suporte às atuações das IPSS sediadas no concelho, recolhendo orientações da DGS e da Segurança Social e modelos de planos de contingência, entre outros; - Através da equipa de intervenção em situações de exceção e de emergência (EISEE), deu resposta às múltiplas necessidades que foram sendo assinaladas desde 16 de março até 6 de outubro, a qual se mantém acionada e cujo acesso é feito através das linhas que estão ao dispor de todos os Munícipes e que foram previamente distribuída pelo concelho; - Relativamente ao Banco de Recursos Colmeia informou estarem 800 pessoas inscritas com as suas necessidades inerentes. Acrescentou que aquele equipamento ainda não retomou o seu normal funcionamento porque funcionava com voluntários e, no momento, apenas funciona com dois funcionários, que se mantiveram nas instalações o tempo todo e deram respostas às solicitações de vestuário, têxtil de lar, acessórios, calçado, brinquedos, mobiliário, equipamento doméstico e eletrodomésticos, entre outros e ainda mochilas escolares que foram distribuídas a quem necessitou; - No âmbito do PAPNC, foi implementado o dobro da capacidade do programa que estava instalada no território de Cantanhede e Mira, que passou de 68 famílias para 136, o que obrigou a distribuir o dobro do habitual com o mesmo equipamento, passando aquele a fazer a distribuição duas vezes por mês, com os recursos humanos

inerentes e com todos os cuidados em termos de equipamentos de proteção individual necessários nesta época de pandemia; - Os Serviços de Ação Social e Saúde que funcionaram na Casa Francisco Pinto, fizeram também parcerias com as Juntas de Freguesia e com as IPSS, dando uma resposta urgente às situações de vulnerabilidade emergente entre outras, como por exemplo, a receção dos documentos de recibo para remessa à Segurança Social e o agendamento de diversos serviços públicos com a Segurança Social, as Finanças e a Conservatória do Registo Civil; - A EISEE tem vindo a assegurar uma resposta direta à população mais idosa sem retaguarda familiar, às pessoas em situação de desfavorecimento económica e social e às pessoas em isolamento profilático e isolamento efetivo, assegurando a entrega ao domicílio de alimentos, de medicamentos e de outros produtos que sejam necessários a todas as famílias, de modo a evitar situações de exposição e potenciadoras de contágios por Coronavírus. Informou ainda que foram rececionados 623 pedidos, sendo que 557 foram de apoio a pessoas, distribuídos por 220 famílias. Acrescentou que, dos 557 pedidos de apoio, 542 foram de cabazes alimentares, 9 foram de informações várias e 6 famílias solicitaram entrega de bens alimentares ao longo do tempo. Relativamente às pessoas idosas, informou ter sido prestado apoio continuado a dois idosos que vivem isolados. Assim, em termos económicos, informou que: - Com a linha de ação direta da EISEE ao nível do apoio alimentar, foram despendidos 5.264,30 € além do que já se gastava; - Relativamente ao Banco de Voluntariado que tem 32 pessoas inscritas, com a despesa inerente para a atuação das mesmas em caso de necessidade, com seguros, etc... e com o apoio dado através do Regulamento Municipal a Famílias em Situação de Carência Económica, foram despendidos 7.740,00 € para 11 famílias, envolvendo 21 pessoas, destinados entre outros, para pagamento de renda de casa e para apoio à saúde; -

Ao nível do cartão, nesta época de pandemia fizeram 75 possibilidades de cartões, tendo sido envolvidas 9 pessoas, com um total de 4 processos; - Desde o dia 17 de março a 30 de setembro, entraram 72 pedidos para o incentivo à natalidade que envolveram 248 pessoas e foram atribuídos incentivos no valor total de 3.600,00 €; - Foi criado o "Programa Vale Aproximar Mais" que, no fundo, é uma economia circular com mais de 5.000,00 € injetados pelo Município para distribuir às pessoas em vales de 20,00€ para gastarem no comércio local, sendo que, por outro lado, quem vende tem que estar inscrito de acordo com o regulamentado existente; - Na área da saúde, informou que o Município tem vindo a colaborar com a ARS e com as extensões de saúde, disponibilizando motorista e carro, quase a semana inteira, para os testes de zangatoas realizados em sistema de "drive in" no Centro de Saúde. Relativamente aos testes serológicos, que custam uma média de 20,00 €, informou terem contabilizado até 7.000 e depois pararam de contabilizar, sendo certo que já fizeram bem mais do que aquele número; - O apoio dado em EPI's às IPSS's, até 30 de setembro contabilizou 45.133,85 €, o apoio dado em EPI's às Juntas de Freguesia contabilizou 27.137,11 € e os apoios a outros organismos de saúde e de forças de segurança também em EPI's contabilizaram 24.549,58 €. Por fim, agradeceu a toda a equipa que colaborou no que foi um grande apoio a todos os munícipes mais necessitados, acreditando que não deixaram ninguém de fora e, afirmou que irão continuar naquela luta com muito agrado.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, acrescentando em complemento à informação dada pela Sr.ª Vereadora, Célia Simões, que a INOVA tinha acabado de comunicar que vai assegurar a subsídio das despesas com água, saneamento e resíduos sólidos às IPSS's e aos Bombeiros Voluntários em 100% e ainda às famílias que comprovativamente se encontrarem

em *layoff*. De seguida, agradeceu também à equipa da Ação Social e informou que os números apresentados não são habitualmente divulgados, apenas quiseram dar conhecimento dos mesmos à Assembleia Municipal que, evidentemente, deve ter esse conhecimento. Informou ainda que aqueles valores ainda não são os valores finais porque muita coisa ainda não foi equacionada. Finalmente, referiu que apesar do dispêndio de tempo que aquela equipa tem tido, não só ao longo da semana como muitas vezes ao fim de semana, sempre disponível e de forma discreta, continua a fazer o trabalho normal daquela Divisão, pelo que agradeceu à Sr.^a Vereadora Célia Simões pela sua liderança e pelo seu profissionalismo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, no fundo, é um processo em parte semelhante a outros que já foram presentes à Assembleia e que a postura da bancada do PSD tem sido coerente no sentido de votar pela não aceitação da transferência de competências, porque, na generalidade dos casos, se pretende transferir essencialmente despesa, sem a correta transferência de qualquer poder decisório ou a efetiva transferência das competências. Referiu ainda que, em muitos casos as contas estavam mal feitas e, portanto, como a própria DGAL afirma, *"um processo desta complexidade não pode ser encarado desta forma, com estes timings, com este processo legislativo"* e face à coerência que tem tido, a bancada do PSD, naturalmente, irá votar a favor da proposta de não aceitação de transferências de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social no ano de 2021.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação **Ponto n.º 4.**
"Não aceitação de transferências de competências para as autarquias locais

no domínio da Ação Social no ano de 2021, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção. -----

----- Após a votação, a Sr.ª Áurea Andrade, após cumprimentar todos os presentes na sessão, procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pela bancada do PS, do seguinte teor: *"Acerca da não aceitação da delegação de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social no ano de 2021, diríamos que a descentralização é já um futuro próximo, por isso, a realidade de hoje tem de se encarar corajosamente a delegação de competências do Estado para as autarquias locais como algo positivo, determinante e empreendedor. Não se trata aqui de enunciar palavras elogiosas ou adjetivos pomposos, trata-se sim de dar às populações respostas mais eficazes, próximas e diretas aos seus problemas com ferramentas que os municípios e as freguesias são dotadas e são postas à prova. Naturalmente que a transferência de competências na área da Ação Social terá de ser necessariamente dotada de meios técnicos, jurídicos, financeiros e humanos para a concretização dos objetivos de descentralização e proximidade na relação estado/cidadão e queremos que as entidades competentes assegurem em devido tempo, pelo que estarão ressaltados os argumentos que eram utilizados para a sua não aceitação. Relembramos que haverá naturalmente municípios que votaram contra esta medida, mas muitos municípios ao longo do nosso país apoiam a transferência de competências sem qualquer reserva mental ou receio da falta de apoio financeiro ou outra espécie, pelo que não é uma matéria ainda geradora de consensos, por isso terá de ser debatido e trabalhada em conjunto com o Governo e demais entidades públicas municipais. Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Cantanhede vota contra a não aceitação da Delegação de*

competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social no ano de 2021.” -----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social no ano de 2021”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, por se tratar de transferência de competências para as entidades intermunicipais as implicações são muito diferentes das implicações ao nível autárquico. Referiu de seguida que, para gerir uma autarquia há que ser responsável, pensar sobre o que se pode gerir e de onde chegam os recursos, sem pensar se vêm do Governo A ou B. Assim, informou que, por forma a não inviabilizar a aceitação das competências em causa por parte da CIM, a proposta é de votar favoravelmente aquela transferência de competências, apesar de achar ser um risco nesta fase. Afirmou de seguida que não deve haver obsessões relativamente a estas tomadas de posições, mas sim serenidade, diálogo e capacidade de perceber que, por vezes, tem de se dizer não, mesmo que se vá contra o próprio Partido porque se está a defender o seu próprio Município. Afirmou ainda não achar correto tomar posições sem saber o que se poderá gerir, sem saber com o que contar ou mesmo sem nada saber e questionou os Membros do PS sobre se têm algum conhecimento preferencial ou privilegiado sobre as verbas em causa, porque, se tivessem poderiam transmitir e aí, poderia repensar a sua posição.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual fez o reparo que, a declaração de voto acabada de ler no ponto anterior foi apresentada como sendo subscrita pela bancada do PS, quando na verdade, um Presidente de Junta faz

parte da bancada e nem toda a bancada votou em consonância, pelo que, quando muito deveria ser uma declaração de voto dos subscritores e não da bancada. Relativamente ao assunto em discussão, referiu que, efetivamente o que se pretende é transferir, não se sabe exatamente o quê, nem exatamente em que moldes, nem tão pouco com que valores. Afirmou de seguida que, a bancada do PSD percebe a posição da Sr.ª Presidente da Câmara e a solidariedade institucional que merece a CIM. No entanto os Presidentes de Junta desde sempre disseram que não aceitavam as transferências de competências das suas Juntas de Freguesia, nem aceitavam as transferências de competências para a Câmara Municipal. Face a esta posição, informou que as Juntas de Freguesia do PSD iriam abster-se na votação da transferência de competências para a CIM e, apesar de, em princípio, ser contra, dada a solidariedade institucional, dado que se está a falar de um nível onde nem sempre as competências são exatamente as mesmas e, para não bloquear possíveis projetos supracomunitários, os restantes elementos da bancada entenderam que votar a favor seria a posição correta e coerente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Ana Margarida Maia, a qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou que a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, foi extemporânea, porque já se encontravam a discutir o Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos e não a fazer observações relativas à declaração de voto subscrita pelos elementos do PS relativa ao Ponto n.º 4. Acrescentou que, se a Assembleia tem regras, deve haver o cuidado de as cumprir. Informou, de seguida que, relativamente ao ponto em discussão o seu sentido de voto é de ser a favor.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou acreditar

que aquelas competências não vão ser transferidas sem verbas. Acrescentou ser sua convicção ter havido algum erro de contas, incompetência de quem as fez ou até desconhecimento da realidade do concelho de Cantanhede, pois não acredita que, se o PS tem a maioria das Câmaras no país, que o Governo passe as transferências e não passe as respetivas verbas. Afirmou assim acreditar que tudo vai ser reformulado e discutido e que a aproximação da Câmara às populações com as competências que vão ser transferidas, será resolvida pela melhor forma. Nesse sentido, afirmou que, se o Governo não cumprir e fizer exatamente o que a Câmara e os Membros da Assembleia Municipal do PSD dizem, estará ao lado da Câmara para, em sede própria, reclamar daquelas situações. Finalmente, relativamente à questão das verbas, afirmou não acreditar que as Câmaras PS também vão sofrer, a não ser que haja má fé política, o que não acredita.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que transferência de competências e descentralização, são assuntos que já têm alguns anos. Acrescentou que, ainda era Presidente de Câmara quando, na Associação Nacional de Municípios foram efetuadas muitas reuniões com os membros do Governo e com diversos Ministérios das áreas identificadas e a transferir. Recordou ainda que, os dois grandes partidos, Partido Socialista e Partido Social Democrata, um no Governo e outro na oposição, eles próprios assinaram um memorando de entendimento sobre as transferências de competências, assunto que já se arrasta há vários anos, exatamente pela dificuldade que há em deixar claro e transparente o assunto financeiro. Referiu de seguida que, regra geral, os Municípios são recetivos ao acolhimento de determinadas competências, por questões de proximidade apesar do acréscimo de responsabilidade, caminhando-se para a municipalização, a regionalização, a desconcentração ou ainda a

descentralização. Recordou também que, conforme saiu na imprensa, na última reunião do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Sr. Presidente da Câmara de Coimbra disse que há uma comissão de acompanhamento do processo de descentralização, constituída pelos membros do Governo e pelos membros da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Acrescentou que essa comissão só reuniu uma única vez e que o próprio Presidente da ANMP, autarca socialista de Coimbra, dizia nas entrelinhas de uma forma muito educada, que era preciso retomar aquele processo porque o processo já se estava a arrastar. Concluiu assim que, são muitos os autarcas socialistas que dizem que é difícil receberem as competências porque não está clarificado e não está dito de forma cristalina e transparente como será o envelope financeiro. Não colocando em causa as afirmações do Sr. José Vieira, referiu que, se alguém está de má fé ou, se alguém não sabe fazer contas, essas contas têm mesmo de ser feitas. Recordando que a transferência de competências já efetuadas na área da educação foi um logro, tendo os municípios mais tarde percebido que o custo financeiro, como consequência daquelas transferências, foi muito maior que o esperado. Afirmou existir uma desconfiança natural e legítima dos Governos locais em relação ao Governo central, que tem sido transversal a todos os Governos. Afirmou ainda ser legítimo que os municípios queiram munir-se das ferramentas necessárias e fazerem o trabalho de casa, como fez o Município de Cantanhede, para exercer contraditório, se assim se pode dizer, em relação aos números que foram apresentados pelo Governo. Relativamente à afirmação do Partido Socialista na própria declaração de voto, quando diz que acredita que as transferências vão existir com o respetivo acompanhamento do envelope financeiro, referiu não acreditar que tal vá acontecer, seja com este Governo, seja com outro qualquer. Referiu, de seguida que, desde há

uns anos a esta parte, os municípios portugueses têm a sua situação financeira regularizada devido à lei das Finanças Locais e recordou que, quando o Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, no Governo de Passos Coelho apresentou o diploma, foi um descontentamento enorme para os municípios portugueses, mas como consequência, hoje, os municípios portugueses, na maior parte dos casos, estão disciplinados em termos financeiros. Por isso, considerou natural que o Governo central, seja de que partido for, olhe para os municípios e, vendo que têm as contas em dia, lance os seus impostos e possa fazer com que arquem com a responsabilidade financeira na sequência das transferências de competências. Finalmente, afirmou que têm que ter algum cuidado com o discurso, porque quando for preciso dizer "não", terão que o dizer de forma fundamentada e, se há quem tenha a convicção de que tudo vai correr bem porque não acreditam que o Governo, seja ele qual for, não transfira o competente envelope financeiro, então pergunta como será isso possível se nas contas do Governo que são mostradas ao Município de Cantanhede os valores são significativamente menores face às contas feitas pelos serviços do município.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ter conhecimento de muitos Municípios do Partido Socialista que não aceitaram umas áreas e aceitaram outras, como Municípios do PSD que podem ter aceitado umas e outras não, até mesmo como da CDU que não aceitaram nada. No entanto, como todos sabem, a CDU e o Bloco de Esquerda são suporte fundamental do Governo para ter maioria, mas não aceitaram, o que leva a pensar que algo se passa. Relativamente às contas efetuadas, recordou que foram fruto de um trabalho exaustivo dos Serviços, das consultas feitas aos médicos, aos delegados, aos funcionários dos Centros de

Saúde e das carências verificadas, tendo sido remetidas ao Governo há muito tempo, do qual não se obteve qualquer resposta. Afirmou de seguida conhecer municípios do PS que aceitaram as transferências, no entanto, não sabe o que é que o Governo negociou com aqueles municípios, sendo certo que com o Município de Cantanhede, nada foi negociado, apesar dos vários ofícios enviados ao Ministro da Educação e ao Secretário de Estado a pedir que fosse ouvido. Afirmou, de seguida que, se os elementos da bancada do Partido Socialista querem ser solidários, que exerçam a sua influência política no sentido de, pelo menos, o Governo analisar as contas, para lhe dizer que a Câmara já se ofereceu para fazer a obra e para que arranje fundos europeus para poder avançar com as obras das Secundárias e das EB 2,3. Afirmando que não se pode dialogar com o um silêncio que continua a ser a pedra de toque do Governo, informou que voltou a enviar nova carta à Sr.ª Presidente da ARS, relativamente à consulta aberta, mas o silêncio continua, representando uma falta de respeito institucional. Informou também ter enviado novamente os números apurados pelos Serviços para o novo Diretor Executivo do ACES, para ele ter conhecimento e verificar se considera existir algum dado incorreto, pelo que aguarda, com alguma expectativa, que possa eventualmente negociar. Questionou de seguida como podem estar com expectativa, sabendo que, relativamente a todas áreas que vão começar em janeiro de 2021 que são as menores, todas têm implicações financeiras, mas sobre isso nada consta. Deu como exemplo, a transferência de competências dos Julgados de Paz, com as quais nenhum valor irá transitar e onde o Município tem uma jurista e mais dois funcionários municipais. Relativamente a estas novas competências referiu que todos sabem o que seria se, neste momento, se aceitassem as escolas nas condições em que estão, uma vez que todas elas precisam de intervenções

profundas. Referiu ainda que todos os levantamentos feitos pelos Serviços estão ao dispor de quem pretender analisar área a área, ponto a ponto, cada verba a que se chegou, sendo certo que não foi um trabalho feito pela parte política, mas sim um trabalho feito pela parte técnica em conjugação com os agrupamentos de escolas e com as extensões de saúde. Voltou a afirmar que não pode estar a hipotecar o futuro do Município só porque é interessante receber aquele tipo de competências, sobretudo na área da Ação Social, quando não se sabe absolutamente nada. Afirmou ainda que têm de perceber que há um orçamento para gerir, que pode haver outro COVID que implique novamente a necessidade de investir e que nem sabe durante quanto tempo terão ainda de investir perante a atual fragilidade das famílias. Sinceramente, referiu que gostava que, da parte da saúde lhe dissessem de uma vez por todas, com o que pode contar, mas continua sem saber. Continua sem saber o que vai acontecer com a consulta aberta, se vai estar fechada só durante o período COVID ou se será para sempre, porque diariamente o Município recebe queixas pelo seu não atendimento. Referindo-se à solidariedade, afirmou que o Executivo está completamente disponíveis para analisar, discutir, ir com todas as bancadas às reuniões da ARS, às reuniões dos Ministérios, com a esperança que pelo menos ouçam e digam com o que podem contar. Voltou a afirmar que, quando se tem a responsabilidade de um orçamento como o de Cantanhede, Município de média dimensão, há que ter muitas cautelas relativamente à assunção de compromissos para o futuro e não aceitar de forma cega aquelas competências. Referiu novamente ser evidente que quer as competências, na perspetiva que a proximidade irá trazer benefícios, mas quer-as de forma serena, com os pés assentes na terra, para que o serviço que o Município passe a dar aos munícipes possa ser melhor do que tem sido até agora. Finalmente, afirmou que, no momento,

as suas preocupações prendem-se com os orçamentos municipais e com o desenvolvimento de Cantanhede, pelo que, quando o assunto for ultrapassado, estará na primeira fila para dizer que tem uma resposta do Governo que realmente pode ser negociada, com os valores corretos e que vai avançar, até lá, lamenta, mas é mesmo um tiro no escuro e representa colocar em causa o futuro do Município. ----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual, voltando à sua intervenção inicial, afirmou ter sido utilizado subterfúgio da forma, no entanto o que deu não foi a forma, mas sim o conteúdo, porque os pontos n.ºs 4 e 5 estão interligados. Afirmou, de seguida que a bancada do PSD, historicamente, sempre que teve de votar transferências de competências, fez a interligação entre as dotações das transferências para as freguesias, as transferências para os municípios e as transferências para as comunidades intermunicipais, porque os assuntos estão de tal maneira interligados que, na reunião de câmara até foram votados no mesmo ponto. Afirmou de seguida, ter percebido que a bancada do PS esperava que a bancada do PSD tivesse apresentado também uma Declaração de Voto, para que não houvesse contraditório e depois, mandar para a imprensa, No entanto, como na Assembleia Municipal há direito ao contraditório, não podia deixar de dar a nota que o Vereador do PS, na Câmara, não teve essa visão, que o Vereador independente, na Câmara, não teve essa visão, que o Presidente da Junta de Freguesia do PS não teve essa visão e que a bancada da CDU também não teve essa visão, sendo assim legítima a interpretação que fez, sujeita a defesa da bancada do PS, tal como é legítimo da parte da Bancada do PS ter um entendimento diferente, mas aceitar competências sem saber exatamente o que é que se vai transferir, sem saber exatamente com que verbas, seria uma péssima

gestão do ponto de vista da Câmara. Acrescentou que, ao contrário do que argumenta o PS e, como bem disse a Sr.^a Presidente da Câmara, as contas estão mal feitas pelo que, como não fazem contas, a transferência será zero. Assim, concluiu que, aquelas evidências são mais uma razão para que se tomem todas as precauções, para ficar com um pé atrás, para se recusar as transferências para o Município e até recusar as transferências para Comunidade Intermunicipal, o que está em discussão, pois quando se diz que alguém faz mal as contas, a experiência tem demonstrado que quem faz mal as contas, por sistema, tem sido o Governo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual elogiou e agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, por ter tão bem defendido o princípio do contraditório, um princípio básico fundamental da democracia portuguesa. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social no ano de 2021”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 16 votos a favor, 1 voto contra e 9 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Sendo 19:20 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

Handwritten signature in blue ink, reading "João Carlos Vidua".

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária:

frª Maria Marz Junes
fzda do Carmo de Jesus Cantanhede